



29-09-2007

Primeiro-ministro obriga Saúde a recuar

Sócrates assumiu o controlo do dossiê da assistência religiosa nos hospitais. **Não quer conflitos com a Igreja**



A proposta de regulamento da assistência religiosa nos hospitais, feita no gabinete de Correia de Campos, surpreendeu Sócrates

Graça Rosendo*

JOSÉ Sócrates fez chegar uma mensagem, esta semana, à Conferência Episcopal, dizendo que o dossiê da assistência religiosa nos hospitais passa a ser da responsabilidade do seu gabinete.



29-09-2007

O mensageiro foi o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, que, segundo soube o SOL, telefonou na quinta-feira ao secretário da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), o bispo D. Carlos Azevedo, dizendo que o primeiro-ministro channuã a si a gestão deste assunto.

Na sequência desta mensagem, a agência oficial da Igreja (Ecclesia) divulgou urna nota dizendo que se espera um recuo do Governo nesta matéria. O secretário da CEP afirmou à Ecclesia ter havido «**um contacto do Governo, para nos dizer que vão rever a questão das capelanias hospitalares**». E acrescentou: «**Resta esperar sem baixar a nossa posição**».

Segundo o *Sol* apurou, durante esta semana, o primeiro-ministro terá mostrado o seu desagrado ao ministro Correia de Campos pela forma como este processo decorreu, tendo acabado mesmo por decidir que a gestão do dossiê terá de ser feita entre os dois gabinetes, com a supervisão do PM. Sócrates fez ainda saber a Campos que não quer entrar numa guerra com a Igreja, «**muito menos por este motivo**», asseguraram fontes socialistas.

Todos surpreendidos

O primeira-ministro ficou surpreendido com as críticas feitas pelos bispos à proposta de regulamentação da assistência religiosa, sobretudo porque, dias antes dessa proposta ter sido enviada à Conferência Episcopal, Sócrates recebera os mais altos representantes da Igreja Católica e prometera-lhes o maior consenso nesta matéria.

Nessa altura, os bispos estavam ainda convictos de que a proposta que lhes seria enviada era aquela em que os seus representantes, nomeadamente o coordenador dos capelães hospitalares, padre José Nuno Silva, tinham colaborado – durante uma longa negociação de mais de um ano com o gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, Carmen Pignatelli. Essa negociação, revela o capelão ao *SOL* (ver entrevista), contou, inclusive com a contribuição de todas as confissões religiosas.

No entanto, poucos dias depois do encontro com o primeiro-ministro, a CEP recebeu o projecto do gabinete do ministro da Saúde, verificando que se tratava de «**uma versão radicalmente diferente**», como diz o padre José Nuno, daquela que os bispos conheciam informalmente. Em declarações ao *SOL* na



29-09-2007

semana passada, classificaram-no mesmo como «**inaceitável**» e «**com aspectos ridículos**».

Entretanto, quarta-feira, os capelães hospitalares reuniram em Fátima, tendo-se ouvido novas críticas ao documento de Correia de Campos. O bispo presidente da Pastoral Social, D. José Alves, pediu, já depois desse encontro, uma audiência ao ministro da Saúde «**com carácter de urgência**», para discutir de novo o dossiê.

O capelão, por seu lado, deverá, na próxima semana, pedir também um encontro os os bastonários das Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros, para os alertar para o facto da proposta incluir uma «**violação inqualificável do espaço sagrado que é a relação entre médico e doente**», disse ao *SOL*. Segundo explicou, o projecto impede os profissionais de saúde de terem a iniciativa quer de solicitar assistência religiosa para os seus doentes, quer de lha sugerirem. «**Quem fez isto não sabe nada do que se passa nos haspitais**», afirma. Entre outros aspectos criticados pela Igreja, o projecto obriga ainda os doentes a solicitar por escrito a assistência religiosa

***com E.L. e C.G.**



29-09-2007

Padre José Nuno Silva

Assistência sem garantias

COORDENADOR dos capelães hospitalares e tem dado a cara pelas críticas ao projecto de regulamentada assistência religiosa nos hospitais. José Nuno, capelão do Hospital de S. João, no Porto, diz que o primeiro-ministro deve estar surpreendido com tudo o que está a acontecer.



HELENA GARCIA

Tudo indica que há duas versões do projecto de regulamento de assistência religiosa nos hospitais, ambas feitas no Ministério da Saúde. Quais são as diferenças?

O primeiro demorou mais de um ano a preparar, no gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, envolveu múltiplas consultas e recorreu à experiência de quem trabalha nos hospitais. Foram ouvidas todas as confissões, no âmbito da Comissão da Liberdade Religiosa (CLR), e todas, menos uma, deram parecer positivo. Suponho, aliás, que as sugestões feitas pela Comissão foram todas introduzidas no documento final, preparado pelo gabinete da senhora secretária de Estado. O segundo projecto, aquele que foi recebido em Julho pela Conferência Episcopal, é uma versão radicalmente nova. Não tem nada a ver com o primeiro e até inclui aspectos inconstitucionais, o que não acontecia no primeiro.



29-09-2007

Como explica o que aconteceu?

Acho tudo muito estranho. Não sei explicar. Só sei que, depois de concluído, o dossiê subiu do gabinete da secretária de Estado para o do ministro e nunca mais se soube de nada. Até recebermos o novo projecto, que faz tábua rasa do primeiro.

O que é essencial que fique consagrado neste regulamento?

O direito dos doentes a serem acompanhados, seja qual for o seu credo. E a concepção de processos realistas que garantam o respeito por esses direitos. Esse é um dos aspectos que não está salvaguardado.

Em Julho, poucos dias antes de receberem esse documento, a CEP, esteve com o primeiro-ministro, que prometeu consenso sobre esta questão.

É verdade. Por isso esta situação é ainda mais grave. A discrepância entre o bom espírito revelado nesse encontro e a agressão que representa este projecto é incompreensível. Isto não corresponde ao sentir nem do primeiro-ministro, nem ao do ministro da Saúde. Devem estar ambos muito surpreendidos.

Correia de Campos também está surpreendido?

Em Março passado, antes de tudo isto acontecer, ele próprio manifestou-me o seu apreço pelo trabalho dos capelães. Confio que resolverá o assunto.

G.R.